

Noticias
de
Portugal





Como habitualmente, o Chefe do Estado proferiu, por intermédio da Rádio e da T. V., no dia 1, a sua mensagem de Ano Novo dirigida aos portugueses, que publicamos em suplemento a este número.



Para o vasto mundo em que se fala e ama a língua portuguesa, o ano que começa é um ano assinaladamente lusitano. Completam-se, com a sua passagem, quatro séculos sobre a data do aparecimento da epopeia de Camões. Por isso, em 1972 se celebra, como oficialmente foi determinado, o IV Centenário de «Os Lusíadas».

Na imagem, o frontespício da primeira edição de «Os Lusíadas», impressa em Lisboa, na casa de António Gonçalves, em 1572. Na capa, uma gravura antiga representando Camões a ler «Os Lusíadas» a D. Sebastião, na Penha Verde, em Sintra.

O CHEFE DO GOVERNO NAS COMEMORAÇÕES DO 25.º ANIVERSÁRIO DOS VOOS INTERCONTINENTAIS DA TAP

O Presidente do Conselho, Prof. Marcello Caetano, presidiu no dia 31, ao almoço comemorativo do 25.º aniversário da primeira ligação aérea Lisboa-Luanda-Lourenço Marques, acontecimento então considerado como da maior importância no futuro das relações entre a metrópole e as suas duas grandes províncias ultramarinas.

Estiveram presentes às comemorações deste quarto de século das ligações aéreas com o Ultramar Português vários membros do Governo e muitas outras individualidades.

Aos brindes usou da palavra o presidente da TAP, Eng.º Alfredo Vaz Pinto, que, depois de agradecer a honrosa presença do Chefe do Governo, recordou o que tem sido o desenvolvimento da TAP, e, referindo-se ao futuro, disse:

«No momento em que se prepara o IV Plano de Fomento, sequência do primeiro, a que V. Ex.ª deu a necessária estrutura, quando ministro da Presidência, desejo afirmar que o Governo pode contar mais uma vez com a contribuição actuante dos Serviços da Companhia, eles próprios em constante e progressiva remodelação com vista a enfrentar devidamente os problemas do futuro, acompanhar de perto a evolução tecnológica e procurar servir cada vez melhor a Nação Portuguesa, no sentido amplo da palavra, isto é, abrangendo todos os cidadãos portugueses residentes dentro ou fora do seu território.

PALAVRAS DO PRESIDENTE DO CONSELHO

Em resposta às palavras do Eng.º Vaz Pinto o Presidente do Conselho proferiu o seguinte discurso:

Faltaria à verdade se dissesse que me tinha esquecido de que faz agora 25 anos se procedeu à inauguração da então chamada «linha aérea imperial» — Lisboa, Luanda, Lourenço Marques.

Não me esqueci. Mas foi uma surpresa a notícia de que a TAP se não esquecerá também.



MARCELLO CAETANO:

O caminho andado enche-nos de optimismo

Eu não me esqueci porque, além de ter falado em nome do Governo no acto inaugural, vivi intensamente a preparação da carreira.

Era então Ministro das Colónias. E uma das minhas preocupações consistia na aproximação física, digamos assim, da Metrópole e do Ultramar. Sabia que a distância criava problemas de toda a ordem — e até de ordem política e de ordem moral. Era preciso encurtar essa distância. Por isso, logo nos fins de 1944 chamei o Sr. Luís Lupi de quem conhecia a tese apresentada pouco antes num Congresso, sobre a necessidade de se facilitar o intercâmbio de informações noticiosas entre as diversas parcelas do País, e combinei com ele a criação da Agência Lusitânia que ontem celebrou o seu 27.º ani-

versário. Com o Eng. Vaz Pinto, aqui presente, trabalhei para afastar os obstáculos que se opunham ao progresso dos serviços da Marconi. Mas restavam os transportes. A aviação estava em plena expansão técnica, graças à guerra e previa-se o explosivo desenvolvimento da aviação comercial logo que se firmasse a paz. Em Moçambique o Eng. Francisco Pinto Teixeira, cujo nome neste dia não pode ser esquecido, felizmente vivo e de quem ainda há dias recebi comentários que o seu espírito jovem costuma dirigir-me acerca de aspectos da vida portuguesa, Pinto Teixeira, dizia, pusera de pé os serviços da DETA, os primeiros que cobriram um território português com uma rede regular de transportes aéreos. Era pois indispensável ligar quanto antes a Metrópole às suas províncias por uma carreira aérea regular.

Em Outubro de 1944 o Dr. Salazar criava, na Presidência do Conselho, o Secretariado da Aeronáutica Civil que, além das atribuições gerais de estudo e coordenação, ficava com a possibilidade de projectar a abertura ou reabertura de linhas aéreas, fazer vôos experimentais e até explorar provisoriamente as carreiras que fossem de grande interesse nacional.

Era a linha de África que já se tinha em vista. Mas tornavam-se necessárias infraestruturas no Ultramar e no Ministério das Colónias preparámo-nos para as construir. Entretanto, o meu querido e saudoso amigo

Augusto Cancellia d'Abreu, Ministro das Obras Públicas e Comunicações, sugeriu que seria preferível, dada a escassez de técnicos e de recursos, criarmos um organismo que abrangesse na sua acção a Metrópole e o Ultramar. Chegámos a acordo, e assim nasceu o Gabinete Técnico dos Aeródromos Cívicos, que foi, creio, eu, o primeiro serviço nacional, isto é, com competência em todo o território português.

À frente do Secretariado da Aeronáutica Civil colocou o Dr. Salazar o então Tenente-coronel Humberto Delgado. Para o Gabinete dos Aeródromos Cívicos escolhemos o Eng. Francisco de Melo e Castro.

Humberto Delgado, meu amigo de muitos anos, pôs no desempenho das suas funções

(Conclui na pág. 10)

ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO

O orçamento para 1972, além de satisfazer um número de necessidades sempre crescente, reflecte em especial o propósito de incentivar e acelerar o desenvolvimento económico do País, seguindo a orientação definida na lei de autorização das receitas e despesas, recentemente publicada — afirma o ministro das Finanças na introdução ao Orçamento Geral do Estado para 1972.

Assim, quanto ao sector ordinário, desde logo se regista um assinalável aumento (2447,9 milhares de contos em relação ao ano anterior), para melhorar os meios de acção dos serviços particularmente da educação e da saúde.

● Tributação sem gravamento

Tendo-se assinalado que «é este o primeiro orçamento organizado segundo a nova classificação de receitas e despesas públicas, determinada pelo Decreto-Lei n.º 305/71, de 15 de Julho, o que lhe imprime uma estrutura inteiramente diferente da que habitualmente tinha» — escreve-se, mais adiante, no capítulo «Receitas ordinárias»:

OBJECTIVO: DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO

«A previsão das receitas ordinárias para o ano económico de 1972 eleva-se a 28 702 300 contos, excedendo em 4 177 500 contos o montante previsto no Orçamento de 1971.

«Conforme se esclareceu já no relatório da proposta de lei de autorização das receitas e despesas, não se projecta para o ano de 1972 qualquer agravamento da carga tributária.

«Deste modo, aquele elevação acréscimo, que é representado por uma taxa de 17 por cento, resulta não só da expansão da matéria colectável, reflectindo o comportamento da actividade económica, mas, principalmente de um melhor ajustamento das previ-

sões ao montante das receitas que vêm sendo efectivamente cobradas, com vista a possibilitar a satisfação de novas despesas ordinárias, designadamente com o ensino, e o aumento da cobertura dada pelos excedentes da receita ordinária aos encargos extraordinários para moderar o recurso aos empréstimos públicos».

● Evolução da despesa ordinária

Abordando o capítulo referente a «Despesa ordinária», afirma-se:

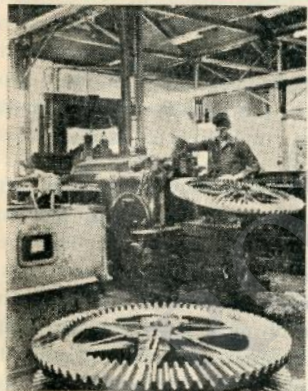
«Comparando a despesa ordinária orçamentada para 1972 com a de 1971, nota-se

uma progressão de encargos da ordem dos 2 447 900 contos.

«Esta subida de despesa, que é das mais volumosas verificada nos últimos anos, reparte-se por todos os departamentos ministeriais, atingindo a parte a suportar pelas receitas gerais do Estado a quantia de 1 996 600 contos.



«O restante aumento, no valor de 451 300 contos, não afeta directamente os rendimentos do Tesouro já que tem contrapartida noutras receitas.



- Mais cinco mil contos para activar a acção junto dos emigrantes

O documento descreve seguidamente os encargos por cada um dos grandes sectores em que se analisa a despesa ordinária.

Na parte referente aos

«Encargos Gerais da Nação», escreve-se:

«Este agrupamento de encargos compreende duas divisões.

«Na primeira divisão, as despesas com compensação em receita aumentaram de 52 500 contos, registando-se 70 000 contos de subida na participação do Fundo de Turismo e 20 600 contos de redução na contribuição do Fundo de Fomento de Exportação para as Casas de Portugal no estrangeiro. A transferência da Comissão dos Explosivos para o departamento da Defesa Nacional concorre para o aumento total neste grupo de despesas com 2600 contos.

«Deste modo, o agravamento de encargos de conta das receitas gerais do Tesouro limita-se a 102 300 contos nos diferentes serviços que se enquadram nesta tabela orçamental.



«Esta importância distribuiu-se principalmente pelas Juntas de Energia Nuclear e de Investigação Científica e Tecnológica, às quais se atribuem, respectivamente, mais 5000 e 2500 contos; pelo Instituto Nacional de Estatística, com cerca de 8000 contos, em virtude da reorganização dos seus quadros; pelo Secreta-

riado Técnico da Presidência do Conselho, com 8700 contos mais, para incremento da sua actividade, especialmente na recolha e coordenação de elementos básicos para a elaboração do IV Plano de Fomento; pelo Secretariado Nacional de Emigração, com mais 5000 contos, para activar a sua acção no estrangeiro junto dos emigrantes portugueses; pelos serviços da Secretaria de Estado da Informação e Turismo, com 22 000 contos, para prosseguimento das suas variadas actividades, nomeadamente

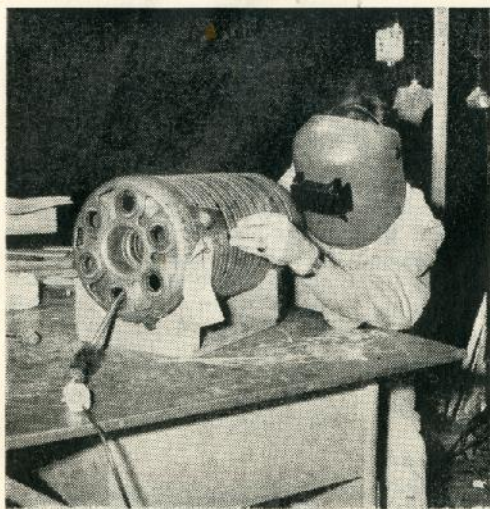


das que se ligam com o desenvolvimento turístico nacional; pelo Departamento da Defesa Nacional e serviços da Aeronáutica, com 45 200 contos, repartidos por pessoal, suas deslocações, alimentação e alojamento, encargos com a saúde e conservação e aproveitamento de bens, em especial aquisição de sobressalentes para aviões».

- 14 809,3 milhares de contos para as despesas extraordinárias

No capítulo respeitante a despesas extraordinárias, salienta-se que as mesmas atingem, no próximo ano, 14 809,3 milhares de contos isto é, mais 2377,6 milhares de contos em relação ao ano anterior. A diferença, para mais, registada no orçamento de 1971 foi de 1484 milhares de contos. Assim, a percentagem de relação entre as despesas extraordinárias e

(Conclui na pág. 12)



MÃO DE OBRA

qualificada



A convite do Governo português, estiveram reunidos em Lisboa, peritos em política tecnológica de cinco países europeus — Espanha, Grécia, Turquia, Jugoslávia e Portugal — bem como representantes do Secretariado da Organização de Cooperação e Desenvolvimento Económicos (O. C. D. E.), a fim de, pormenorizadamente, estudarem a proposta portuguesa de um projecto-piloto sobre a «Formulação e aplicação de estratégias para as transferências tecnológicas».

Como as actividades levadas a cabo em cada um dos citados países beneficiários cobrem aspectos muito semelhantes — alguns são frequentemente abordados em comum — tem-se procurado conseguir meios de tornar eficazes os esforços de desenvolvimento, através das políticas fiscais e monetárias, de administração, da mobilização de capitais, da melhor aplicação dos investimentos públicos e privados. Outros caminhos igualmente seguidos são a elaboração de programas comuns de planificação do desenvolvimento do ensino e da formação agrícola, científica e técnica e da melhoria das condições e modalidades de acesso às tecnologias modernas.

Por isso mesmo, uma importância crescente tem sido dada à avaliação dos projectos de cooperação técnica a fim de se verificar a sua eficiência e melhorar as realizações futuras.

O PROJECTO PORTUGUÊS

Neste conjunto de perspectivas e realizações situa-se a proposta portuguesa — a primeira, neste sentido — concebida pelos serviços da Secretaria de Estado da Indústria, relativa a um projecto-piloto sobre fórmulas e aplicação de estratégias para as transferências tecnológicas, (particularmente debruçada sobre as indústrias metalomecânicas), e que agora começou a ser estudada e discutida pelos peritos de tecnologia dos referidos países e, ainda, por dois representantes do Secretariado da O. C. D. E., também presentes na reunião de Lisboa.

O projecto português tem por finalidade principal ajudar os governos dos cinco países participantes a formular e a pôr em execução políticas que tenham em conta assegurar uma transferência eficaz da tecnologia estrangeira, muito particularmente sobre o desenvolvimento de indústrias existentes e a criação de novas estruturas industriais.

O projecto-piloto foi elaborado, essencialmente, tendo em conta um programa estreitamente ligado aos programas nacionais, que o mesmo irá a reforçar, conforme os interesses específicos de cada país, partindo da ideia de que, se a adopção desta ou daquela tecnologia particular pertence ao número das decisões que devem ser tomadas ao nível de empresa, os poderes públicos têm a responsabilidade de intervir a fim de encorajarem a transferência de tecnologias particularmente desejadas.

Sugerindo, portanto, a ligação estreita com os programas nacionais, o projecto português propõe que se faça executar parte do trabalho por equipas nacionais em cada um dos países e se organize o programa de trabalhos de tal forma que os resultados obtidos possam ser utilizados, na prática, para fins industriais, nos sectores que mais especialmente interessarem cada país participante.

A proposta precisa, ainda, que «este programa central teria por fim pôr em ordem a metodologia do projecto e os aspectos internacionais de análise a fim de sustentar os programas nacionais orientados para as necessidades particulares dos países», debruçando-se o estudo central sobre um domínio bem definido de actividade industrial que visaria nomeadamente recolher informações tão completas quanto possível sobre as tendências mundiais da tecnologia, os vínculos

existentes entre a evolução da tecnologia e mercados, a natureza dos avanços tecnológicos necessários à exploração das possibilidades previstas e, ainda, sobre os factores que entram em jogo na formulação de uma estratégia de transferência de tecnologia.

Estes pontos definem o tipo de acção, levando-se em conta que o projecto português diz especialmente respeito à indústria metalúrgica.

NOVAS ESTRUTURAS INDUSTRIAIS

O fim último do projecto, é o de estimular as indústrias existentes e desenvolver ou criar novas estruturas industriais. Quanto às análises, deverão ser concebidas de modo que forneçam informações suficientes, em diferentes campos ou actividades tecnológicas, a fim de permitir ao Estado ou a um dado sector da indústria — por exemplo a uma empresa — porem em questão e em ordem um certo número de estratégias possíveis ao seu desenvolvimento.

Estes alguns aspectos da discussão do projecto-piloto português, que os peritos em tecnologia de Espanha, Portugal, Grécia, Turquia e Jugoslávia, e representantes do Secretariado da O. C. D. E. reunidos em Lisboa discutiram.

E considera ainda, que a análise dos elementos-chave da tecnologia deverá atender às suas repercussões: intervenção — por exemplo — de certos elementos secundários da tecnologia, tais como os materiais; necessidade de dispor de uma mão-de-obra particularmente qualificada; possibilidades de aplicação generalizada a outros produtos, etc.

Não haverá conclusões imediatas, uma vez que os peritos presentes à reunião, só depois desta, irão apresentar as suas impressões aos Governos dos respectivos países.

De qualquer forma, ou como principio significativo, vários delegados — nomeadamente o grego e o espanhol — disseram da sua adesão às normas e sugestões apresentadas no projecto português.

Se a proposta for aceite pelos restantes países, deverá ser em breve instalada em Portugal, uma unidade industrial inteiramente nova, cujo desenvolvimento se irá fazer no âmbito do IV Plano de Fomento, ainda em fase de elaboração.



EMBORA subvertidas lentamente pela persistente influência dos figurinos da cidade, o uso das nossas indumentárias regionais tem sido em muitos aspectos conservado, constituindo um eloquente testemunho do gosto popular, gosto que a marcha dos tempos não alterou na sua essência, e que ainda hoje se apresenta ao viajante na sua quase imutável pureza. Com efeito, quem não conhece os campinos, apanágio da lezíria ribatejana, sentinelas da planície, destros na arte de guardar e conduzir as manadas de gado bravo? Com os

trajo regional



seus sapatos de salto alto de prateleira, esporas, meias altas, bordadas nos dias de gala, e atadas por cima do joelho com fitas vermelhas, calção justo, jaleca, colete azul ou encarnado, camisa branca e barrete verde, personificam na sua arrogância o espírito do Ribatejo, berço da «festa brava» portuguesa.

Na Estremadura abunda ainda hoje o tipo do «saloio»: as mulheres, de chitas frescas e claras, calçando botas de couro abotoadas, de cano alto; os homens de colete, cinta de lã, barrete e calça esticada.

A gente do litoral estremenho tem também as suas indumentárias tradicionais, como é o caso das mulheres da Nazaré, que nas horas solenes usam amplos aventais floridos com bordados, e, na cabeça, os típicos chapéus negros adornados com uma borla da mesma cor. Os nazarenos insistem no uso da carapuça preta, camisa e ceroula multicolor enxadrezada. Os poveiros, por seu lado, não dispensam o gorro, a camisola de lã bordada com motivos inspirados pela faina, e calças de saragoça.

Transposto o Tejo, começam a surgir aqui e além as «mondinas» do vale do Sado, trajando chitas modestas e calças de ganga muito cingi-

**MENSAGEM
DE ANO NOVO
DO CHEFE DO ESTADO**

EM 1 DE JANEIRO DE 1972

Mais um ano findou, com o rolar incessante do tempo; mais um novo ano surgiu, no calendário da vida da humanidade; e mais uma mensagem gostosamente me cabe ainda dirigir aos meus irmãos portugueses, neste dia festivo do seu começo. Longe vai já a série das que tenho proferido, neste dia, desde 1 de Janeiro de 1959, sendo, pois, esta a décima quarta. E no período, relativamente curto, que ela abrange, muito, sem dúvida, tem ocorrido entre nós e no resto do Mundo, para melhor e para pior.

No entanto, mais um ano é, afinal e apenas, mais uma parcela infinitamente pequena na sequência infinita dos séculos. Mas isso nada obsta a que não possa representar muito e, até, representar tudo, na vida, finita e efêmera, de qualquer ser humano. E é na incerteza do que poderá suceder durante o novo ano que desponta, que residirá, possivelmente, a principal causa da magia que o dia 1 de Janeiro de cada ano continua exercendo em quase todos nós.

Esta mensagem, como as anteriores, tem o objectivo primordial de levar a todos os lares portugueses a voz e o pensamento do Chefe do Estado, no dia em que um novo ano — sempre manancial de esperanças, sobretudo para quem sofre — inicia a sua marcha, que desejamos firme e proveitosa para todo o Mundo, mormente para o Mundo Lusíada. Essa voz, antes do mais que entende dever dizer, sente a obrigação, muito agradável, de dirigir a todos os portugueses que incessantemente mourejam na Metrópole, nas Ilhas Adjacentes, nas Províncias de Além-Mar, sem esquecer a sacrificada Índia, e em qualquer outro local do Mundo, por mais recôndito que seja, as saudações amigas e muito afectuosas do Chefe do Estado, acompanhadas dos votos, bem sentidos, pela melhor saúde física e moral e por todas as possíveis felicidades. Que o novo ano lhes possa trazer a paz completa por que tão naturalmente anseiam e à qual têm inteiro jus — mais uma vez o repito — pelo modo como sempre têm sabido viver consciente e pacificamente a vida.

Tais saudações e votos dirigem-se, naturalmente também e até com mais vigor se possível, aos soldados de terra, mar e ar que nas nossas províncias de Angola, da Guiné e de Moçambique continuam velando e bem abnegadamente o têm feito, pela integridade sagrada do chão português, combatendo vigorosa e heróicamente os terroristas que há mais de dez anos começaram infestando parcelas dessas três províncias — portuguesas de há mais de cinco séculos — partidos de território estrangeiro, com elas confinantes. Os dirigentes e mentores de tais territórios, olvidando, mais propositadamente do que por ignorância, as mais elementares regras do direito internacional e do convívio entre povos vizinhos ou, então, por incapacidade interna, continuam dando guarida a esses terroristas, consentindo e até favorecendo o estabelecimento de bases de treino e de infiltração e fornecendo o armamento e os auxílios substanciais vindos, sobretudo, dos países comunistas, para cujos desígnios é prejudicial e portanto intolerável, a presença de brancos ocidentais, não comunistas ou comunizados, no continente africano.

Ora a intromissão na política interna de qualquer Estado não é admissível, pois cada um, em sua casa, desde que não perturbe a vida alheia e o use com seriedade, tem o pleno direito de governar-se como melhor lhe parecer e convier. Cuido ter já afirmado uma vez que a política, ainda em voga, de impôr a todos determinado figurino, que nem a todos veste bem, nem é do seu gosto, não tem justificação que valha e assume o aspecto de autêntica prepotência. Para mais, ela não se tem exercido coerentemente em todo o lado e tal circunstância torna ainda, se possível, mais grave a prepotência.

De resto e em relação ao chamado caso português, é de lembrar que outras nações se prolongam descontinuamente através de territórios que anexaram há menos de um século, das formas mais diversas, sem excluir a violenta, como exemplos recentes comprovam. Qual pois a razão que continua movendo a pertinaz campanha contra Portugal, que se limita, com todo o direito, a querer manter os territórios que são sua parte integrante há mais de quinhentos anos, por os ter descoberto, povoado e civilizado? Que os países comunistas, para difusão das

suas doutrinas políticas e para melhor poderem levar a cabo as suas pretensões de domínio mundial, se continuam empenhando, cada vez mais, na campanha anti-portuguesa, compreende-se perfeitamente. Mas que os ocidentais, pelo menos os que ainda se não deixaram comunizar, os sigam inglôriamente na mesma esteira, é aberração que nunca consegui entender.

Depois deste desabafo que se me afigura revestido de incontestável legitimidade e mantendo o critério que tem orientado a laboração das mensagens anteriores, farei seguidamente algumas considerações, que procurarei não alongar demasiadamente, acerca da forma como decorreu o ano de 1971, tanto no aspecto externo como no interno.

Internacionalmente o ano que findou em pouco terá diferido dos que o precederam. Raros foram os desanuiamentos que, com alguma boa vontade, se conseguiu notar e, ao contrário, foram os agravamentos que se tornaram mais frequentes, tanto nas situações já latentes, como naquelas que surgiram de novo.

Pelo aumento da sua virulência, tornou-se particularmente mais visível o trabalho de sapa de que há anos para cá foi posto satânicamente em marcha para minar os alicerces da civilização ocidental e cristã e para o qual chamei angustiadamente a atenção em anteriores mensagens. Embora pareça absurdo, foi precisamente nas nações ditas mais civilizadas que a poluição moral começou, através da corrupção dos costumes, do uso das drogas e do descaminho da juventude, tornando-as centros de desagregação social e de contaminação generalizada. É possível que o comunismo as tenha escolhido precisamente pela semelhança dos respectivos regimes e por conhecimento da sua permeabilidade à corrupção, de que se conseguiu libertar drásticamente, evitando dentro de casa o mal que tem procurado e conseguido introduzir na alheia.

Seja ou não assim, o que é certo é estarem os resultados infelizmente bem à vista e, de tal modo, que parece terem originado, finalmente, algumas reacções, que ainda podem opor-se à queda no caos moral de que a civilização ocidental se tem ido aproximando assustadoramente.

Habilmente aproveitados, o teatro, o cinema, a rádio e a televisão foram-se tornando em todo o ocidente e quase insensivelmente, canais óptimos para ajudar a promover a corrupção dos costumes. A difusão, às toneladas, de publicações pornográficas, tendo por fito principal a juventude, foi um veículo altamente pernicioso, tão pernicioso quanto nocivo tem sido, para a saúde física e mental, o uso das drogas. Do conjunto destes malefícios resultou, naturalmente, a corrosão das bases seculares da civilização ocidental e a primeira a ser propositadamente atingida foi a família, sem dúvida das mais importantes.

O diálogo útil, amistoso e produtivo que caracterizava a grande maioria dos lares, cedeu pouco a pouco o passo à contestação, de início rara e tímida e por fim frequente, agreste e indiscriminada. Sem qualquer justificação válida, muitos lares passaram a ser lugares de balbúrdia, de que o respeito mútuo desertou, sobretudo dos filhos pelos pais, que quase passaram a ser tidos como inimigos!

Nas escolas o ambiente não se tornou menos grave, nem menos triste, e longe vai já o tempo em que se podia afirmar ser a escola risonha e franca. Outro tanto se verifica no seio da igreja, onde a crise não é menor. Duas outras bases fundamentais da sociedade ocidental profundamente afectada e que mereciam, sem dúvida, algumas considerações; mas a sua amplitude, por mais reduzida que fosse, não se comportaria na que pode ser dada a esta mensagem.

Tenho fundamentada esperança em que estes terríveis males poderão, ainda, ser debelados. Sobretudo porque na vida tudo acaba por se banalisar e por cansar e esta verdade de sempre tanto se aplica ao bom como ao mau. Os homens e sobretudo os mais jovens, hão-de aborrecer-se da miséria moral em que caíram e hão-de trocar a corrupção, as drogas, a contestação desregrada e outras graves mazelas da época alucinante que vivemos, por normas de vida sadia, mais de acordo com uma inteligência consciente das responsabilidades e mais apta a discernir o bem do mal e os deveres dos direitos. Voltarão certamente e sem demora a ser respeitados os valores morais que hoje todos parecem empenhados em destruir, como se fossem velharias inúteis ou coisas intoleravelmente incômodas.

E não sendo já possível referir-me a outros flagelos que infelizmente caracterizam, também, a vida actual da humanidade, direi apenas algumas palavras sobre as duas organizações internacionais, caracterizadas politicamente, que mais nos interessam pela sua importância e relativa longevidade.

A Organização das Nações Unidas continuou igual a si própria no ano que ontem findou. Manteve-se pertinazmente, sem glória, nem prestígio, a condenar aqueles membros que se limitam a defender-se dos ataques alheios e a ser conflagradoramente inoperante nas autênticas agressões armadas e nas constantes intromissões de alguns estados na vida dos outros. Dominada por uma maioria

imatura, mas aguerrida, vê-se constantemente entorpecida por ideias erradas e por peias de toda a espécie, de que não consegue libertar-se e que a tornaram inútil.

Também a Associação do Tratado do Atlântico Norte se manteve sensivelmente como nasceu, portanto sem qualquer alteração nas suas estruturas fundamentais. Como venho acentuando desde há mais de vinte anos, a circunstância da sua acção defensiva ter ficado restringida a limites geográficos rigidamente fixados fez com que só possa ser operante na área neles contida. Como era de esperar da sua hábil visão habitual, o inimigo desistiu de operar nessa área e se tal consequência foi uma vitória do Tratado, também teve a contrapartida grave de deixar tudo o resto praticamente livre; e o inimigo não perdeu tempo no seu aproveitamento, como é próprio da sua costumada mestria.

Mais lógico seria o ocidente ter procurado defender-se em toda a parte e não apenas naquela que na altura considerou e sem dúvida o era, fundamental. As consequências dessa decisão e da sua manutenção, mostram ou um propósito determinado, ou uma insuficiente visão do problema ou, ainda, a prioridade dada ao receio duma confrontação terrivelmente nefasta à humanidade. Porém a verdade é que ambas as partes temiam igualmente a guerra, como é de desejar que ainda suceda, e ter sido praticamente só uma a ceder constantemente para a evitar. O resultado de tal actuação excessivamente cautelosa, foi a perda, pelos ocidentais, de um sem número de posições no Mundo e o seu aproveitamento quase imediato e à sua maneira, pelos orientais, mórmente pelos russos.

A História lembra que a Alemanha perdeu as duas grandes guerras deste século, com que desgraçou a Europa, sobretudo por, em nenhuma delas, ter conseguido usufruir o domínio dos mares. E a História recorda, também, que desde muito longe a Rússia pretendeu ser uma potência naval e ter acesso, pelo menos, ao Mediterrâneo. Ora é de salientar que depois da segunda grande guerra, sobretudo nas últimas duas décadas, a Rússia elevou as suas frotas naval, de comércio, de pesca e de estudos oceanográficos a dimensões imprevisíveis e todas, evidentemente, com fins comuns. Conseguiu realizar o seu sonho, já remoto, de estar presente no Mediterrâneo. Mas não se limitou afinal a isso, pois está presente, igualmente já, noutros mares, dispõe de bases amigas em muito lado e procura obter mais algumas ainda, da forma que lhe é peculiar, procurando assim isolar o ocidente, pela prática da política do cerco. Tudo isto será, apenas, para se defender dos que a não pretendem atacar e o têm mostrado, levando demasiado longe as suas cedências?

Voltando à História, ela mostra, desde sempre, que a ambição, assim como tem perdido muitas vezes os homens, tem também perdido algumas nações e tem sido uma das causas e bem grande, da impossibilidade de existência de paz na Terra. E a ambição nunca conheceu a autêntica justiça e só esta, como ainda afirmou recentemente o Santo Padre, poderá conquistar uma paz estável e definitiva, mediante a integral obediência a todos os seus ditames. Qualquer paz doutro tipo, imposta ou não, nunca se mostrou duradoura. Também a História o tem evidenciado frequentemente ao longo dos séculos mas os seus ensinamentos não têm conduzido a quaisquer resultados práticos. E tal verdade é mais uma prova de que, infelizmente, a justiça continua superada pela ambição e que as desigualdades entre as nações acompanham as desigualdades entre os homens.

Tendo de passar, sem mais demora, à forma como decorreu internamente o ano findo, direi, em síntese, que ele se caracterizou como os anteriores por uma incondicional defesa do património nacional e por uma procura sistemática e permanente do desenvolvimento material e social da nossa gente. E é agradável poder afirmar que essa procura se intensificou de forma notável no ano transacto, sem descuidar, em nada, o esforço militar a que nos obrigaram. Honra, pois, aos que mais directamente o conseguiram, pela sua lúcida visão e infatigável actuação.

Conforme afirmei na mensagem do ano passado, continuo considerando da maior vantagem que o chefe do Estado leve a sua presença a todos os cantos de Portugal onde ela se possa justificar, seja para inaugurar ou visitar empreendimentos importantes, seja para contactar com as populações de cidades, vilas e aldeias, mórmente com aquelas que há mais tempo tenham estado privadas desses contactos. E além dessas visitas e de tais contactos tão úteis, em que se podem auscultar o estado de espírito das populações, as suas necessidades mais prementes e, até, os seus queixumes, quantas vezes legítimos, é igualmente necessário, direi mesmo indispensável, que o chefe do Estado incentive e louve, como mereçam, todas as iniciativas oficiais e particulares que possam contribuir para mais rápido desenvolvimento do País e para o conseqüente mais acelerado aumento do nível de vida do nosso povo.

Foi essa a orientação que continuou presente em todas as minhas caminhadas no continente e nas ilhas adjacentes no passado ano, pois não fui mais além.

A referência a todas elas aumentaria muito a extensão desta mensagem e só essa razão me inibe de o fazer com o devido desenvolvimento. Por isso citarei apenas e rapidamente as principais.

Estive presente no início das comemorações do segundo centenário da elevação de Castelo Branco a cidade e nas inaugurações dos conservatórios de Aveiro e de Braga, da estátua ao saudoso Marechal Carmona nas Caldas da Rainha, da ponte Rui Sanches sobre o Mondego, da Pousada de Santa Bárbara em Oliveira do Hospital, da gigantesca doca Alfredo da Silva na Margueira, do novo Lar dos Mutilados no Lumiar, do Aeroporto da ilha do Faial, da Central da Fajã da Nogueira na ilha da Madeira, da Celulose do Tejo em Vila Velha de Ródão, das novas instalações industriais da CUF no Barreiro e de muitas outras inaugurações, de relevo embora, mas menor. Realizei algumas visitas nos distritos de Aveiro, de Castelo Branco e do Porto, neste a três dos quatro concelhos que circundam a cidade; visitei oficialmente as vilas de Abrantes, Sardoal, Cadaval, Vendas Novas e Figueira de Castelo Rodrigo e toda a província de Trás-os-Montes. Visitei também mais algumas unidades e estabelecimentos da Marinha de Guerra e os navios de comércio adquiridos durante o ano, que vieram aumentar, com algum significado, a nossa tonelagem mercante. Uma referência especial é ainda devida à inauguração de novos bairros de casas de renda económica, por parte do Ministério das Corporações e da Previdência Social e por parte da Fundação Salazar. E para finalizar as citações feitas, há que pôr em destaque, no destaque que lhes é devido, as cerimónias patrióticas que tiveram lugar, como em anos anteriores, em Lisboa e em outras cidades no dia 10 de Junho e as exéquias solenes realizadas no Panteão de Santa Engrácia pelo Presidente Salazar, em 30 de Julho.

Durante o ano findo usufruiu Portugal o prazer de receber condigna e amistosamente em sua casa, na ilha Terceira dos Açores, os presidentes dos Estados Unidos e da França, que ali se puderam reunir sossegadamente em conferência cimeira, nos dias 13 e 14 de Dezembro findo, tendo as honras da casa sido feitas, exemplarmente, pelo Doutor Marcello Caetano.

E, além de outras visitas, estiveram em Lisboa, o vice-presidente dos Estados Unidos da América, em 26 de Julho e o Chanceler do Brasil, em 11 e 12 de Agosto. Esta última revestiu-se dum significado transcendente e a sua finalidade e consequências repercutiram profundamente no Mundo Lusíada.

Foi o Chanceler do Brasil portador duma carta do seu Presidente, o general Emilio Medici, para o chefe do Estado de Portugal solicitando, com o maior empenho, a cedência ao Brasil dos restos mortais do seu primeiro imperador, que, embora por pouco tempo, foi também rei de Portugal e em Portugal veio a morrer, despido das duas coroas. Os termos excepcionalmente elevados e cativantes em que a solicitação foi formulada e o desejo de que se atendida, tivesse concretização no ano em que o Brasil comemora solenemente cento e cinquenta anos de independência, não podiam deixar de ser tidos em consideração por Portugal, apesar do manifesto sacrifício da cedência. Da carta de resposta ao Presidente da República Federativa do Brasil teve o País conhecimento pela comunicação que lhe foi feita em 12 de Agosto, de que constavam os teores completos das duas cartas. A entrega dos restos mortais de D. Pedro I do Brasil e IV de Portugal será pessoalmente feita pelo chefe do Estado Português, no Rio de Janeiro e em 22 de Abril, dia da Comunidade Luso-Brasileira.

O ano que hoje começa, bem pode ficar na História dos dois países como o ano maior da Comunidade até hoje vivido. Nele ocorrem efemérides das mais notáveis e que são o quarto centenário da publicação dos Lusíadas, Livro único na História das duas Pátrias, o sesquicentenário da independência do Brasil e o cinquentenário da primeira travessia aérea do Atlântico Sul, realizada com a maior emoção em ambos os lados do Atlântico, por Gago Coutinho e Sacadura Cabral, precisamente no ano em que o Brasil comemorou o primeiro centenário de vida própria, com a presença, que foi a primeira ao cabo de cem anos, dum chefe de Estado de Portugal.

Antes do assunto com que fecharei esta mensagem, ainda abordarei mais três pontos, embora com a brevidade possível.

O primeiro respeita aos desastres arripiantes de viação nas nossas estradas e até nas ruas das nossas cidades e foi já tratado na mensagem do ano passado. Os meus apelos não foram então ouvidos e de ano para ano o número de vítimas vai apavorantemente aumentando; são já muitas centenas, se não milhares, pois não se limita àquelas que morrem imediatamente, nem às que morrem nos dias seguintes aos acidentes, mas também às que ficam diminuídas para todo o sempre.

O número de veículos que transitam nas estradas cresce constantemente e as cautelas não. O automóvel é um meio de transporte com uma finalidade útil e não uma arma mortífera ou um objecto para exhibir habilidades perigosas. É indispensável

conduzir correctamente, com civismo constante e com o conhecimento pleno do que se está fazendo. Quem assim não fizer, seja por incompleta preparação ou por falta de aptidão, seja por ausência de civismo, seja porque se droga ou se embriaga, ou seja, ainda, por qualquer outra causa que deva ser tida por inibitória, não deve possuir carta de condução. Para grandes males só os grandes remédios são susceptíveis de actuação eficaz. Não é só a própria vida de quem conduz e dos que conduz, que está permanentemente em risco, mas também a daqueles que conduzem correctamente os seus veículos e são postos perante situações sem solução. Os jornais, honra lhes seja, bem procuram, com os seus relatos e a publicação nas suas primeiras páginas de imagens bem realistas das hecatombes quase diárias, chamar à razão os que prevaricam constantemente. Mas os resultados são estranhamente pouco mais do que nulos, pois com a maior inconsciência se continua correndo para a única coisa certa na vida: a morte. Mas os inconscientes talvez passem a ser mais sensíveis ao entendimento, se lhes for dito e mostrado que a corrida que diariamente empreendem para a morte, pode também significar uma corrida para a perda definitiva da carta de condução. Espantosamente o risco dessa perda é capaz de impressionar mais do que o risco da perda da própria vida. Seja assim ou não, o que está acontecendo não pode continuar. Há que actuar drasticamente e sem demora, mas para tanto é necessária uma fiscalização apertadíssima e sanções mesmo violentas, que a salvação de muitas vidas legítima absolutamente. Aqui deixo expresso este novo apelo.

O segundo ponto que também não é agradável nem simpático tratar, refere-se ao último censo da população. Custa-me abordar o assunto, mas pareceu-me que não devia deixar de o fazer.

O último censo, mais ainda do que os anteriores, não correu satisfatoriamente. Senti ter havido insuficientes preparação e esclarecimento do público, má distribuição e má recolha dos boletins (mormente na cidade de Lisboa) e, sobretudo, a preocupação de querer saber muitas coisas ao mesmo tempo. Não se aproveitaram convenientemente os poderosos meios actuais de comunicação, para uma larga campanha de mentalização e de elucidação, no sentido de afastar a desconfiança e de evitar o desinteresse com que são ainda recebidos os inquéritos deste género. Não se duvida de que sejam úteis todos os elementos pedidos, mas o que fundamentalmente mais interessava, era saber quantos somos. E a preocupação de saber como somos, tão permenorizadamente como se pretendeu, criou dificuldades no preenchimento dos boletins, insuperáveis para muitas pessoas e que se juntaram à desconfiança e ao desinteresse sempre latentes. Resultado, ficamos sem saber quantos somos na realidade e, consequentemente, também como somos. A emigração tem-nos levado muita gente, que é pena não esteja aquém fronteiras. O censo agravou aparentemente esse mal, por não ter conseguido apurar o número dos que realmente e felizmente ainda cá ficaram.

O terceiro ponto que trato é bem mais agradável e põe em evidência a compostura do povo português, na sua generalidade. Nos últimos anos a criminalidade tem aumentado preocupantemente em quase toda a parte, sobretudo nos países em que deveria ter menor expressão. Assaltos, roubos, raptos e atentados passaram a ser frequentes, dando a impressão da existência da indústria do crime. Entre nós e apesar de alguns casos que são, felizmente, excepção rara, há ainda muito mais respeito pelas vidas, direitos e bens humanos. Se o número de reclusos pode constituir índice da criminalidade, chega-se à conclusão, bem consoladora, de que a criminalidade tem decrescido entre nós. Segundo elementos que me foram facultados, o número médio de reclusos que no ano de 1962 foi de 9623, vem diminuindo todos os anos e ficou reduzido a 5966 no ano de 1970. Vem a propósito acentuar que há mais de um século que foi abolida a pena de morte em Portugal e que remonta a 30 anos antes da abolição a última execução da pena capital.

Em 9 de Agosto do ano ora começado termina o mandato para que fui eleito em 25 de Julho de 1965. Tal evento sugere-me algumas referências, que constituem o fecho desta mensagem.

Foram bem árduos e não poucas vezes preocupantes, os sete anos que se concluem em 9 de Agosto. Para o País e para o povo português, representam, apesar de tudo, um saldo francamente positivo, pois os progressos e a melhoria de vida são notórios. Os melhoramentos sem conta e alguns de grande vulto, que surgiram em todo o território nacional e na quase totalidade dos sectores, dão bem a medida do muito que se conseguiu erguer, apesar da luta que sustentamos em África contra o terrorismo constantemente insuflado e sustentado do exterior e da incompreensão e da animosidade que, sem motivos válidos, temos suportado. Mas o ânimo não nos tem felizmente faltado e temos fé e esperança em que os outros se cansem antes de nós.

Não é possível fazer um bosquejo, por muito breve que se procurasse torná-lo, de tudo quanto tem ocorrido nos sete anos que vão quase passados. Apenas me referirei, por isso, a três acontecimentos, dada a sua projecção na vida nacional.

O primeiro respeita à manutenção da luta que sustentamos em África há mais de dez anos, em defesa da integridade nacional e do bom nome da civilização ocidental, que tão descuidada se tem mostrado na sua preservação. Nessa luta têm perdido a vida muitas centenas de bons e bravos portugueses, brancos e pretos, perante insensibilidade, estranha e incompreensível, do Mundo civilizado e cristão. Os que imolaram a vida na defesa da Pátria que deu novos Mundos, bem merecem que se lhes erga um grande monumento à sua heroicidade e ao seu sacrifício, que dê bem a medida da nossa ilimitada gratidão.

O segundo refere-se à nossa Índia, orgulho de Portugal, que continua usurpada por uma Nação falsamente tida como pacifista, que se desmascarou quando invadiu o nosso território, confirmando recentemente a sua agressividade, que já não tenta esconder. Para os verdadeiros portugueses e são muitos, oriundos do Estado da Índia, quer lá se encontrem ainda ou vivam em qualquer outro local, vai o meu pensamento, com a esperança de que possam ver em breve a sua e nossa Terra de Goa, Damão e Diu libertada das garras que a têm amarfanhado de há dez anos para cá.

O terceiro diz respeito ao desaparecimento do Presidente Salazar da vida nacional, a que totalmente se consagrou e sobremaneira honrou, durante mais de quatro décadas seguidas. Foi um grande português e um estadista de craveira excepcional, dotado duma tèmpera própria e inconfundível e que bem mereceu ser tido como Benemérito da Pátria. A melhor homenagem que aqui lhe posso prestar ainda é a afirmação de que, em raros períodos da sua quase milenária História, Portugal conseguiu vincar tão fortemente a sua personalidade e ser tão independente de estranhos, como no período nacional iniciado por Salazar e que, felizmente, continua seguindo a mesma sã orientação.

E acabo esta última mensagem do meu mandato duma forma simples, mas sentida. Desejo ao povo português, a que muito me honro de pertencer, um porvir de acordo com as melhores épocas do seu passado. A sua epopeia de há quinhentos anos e a que agora está escrevendo, bem merecem de Deus tão justa recompensa.

noticias de

PORTUGAL

Suplemento ao número 1288

8-1-72

das às ancas. Resguardam as pernas com tecidos grosseiros, para se atolarem até aos joelhos nos terrenos alagadiços dos arrozais.

No Alentejo, vêem-se os pastores nómadas, com chapéus aguadeiros e safões de pele de carneiro, e as ceifeiras, vestidas com chitas claras, corpetes, e chapéus calcando os lenços soqueixados à maneira mourisca; as saias são apartadas como se fossem calções. Mais ao sul, no litoral algarvio as mulheres cobrem a cabeça com lenços coloridos, assentando sobre eles os chapéus de feltro, de grandes abas derrubadas.

Na verdade, o uso do traje tradicional é ainda quotidiano em muitas regiões do nosso país, e é curioso notar a forma como a indumentária se conjuga com a paisagem, com as variantes do clima e do temperamento das gentes dos diferentes lugares.

No Minho reflectem o colorido das romarias e dos montes soalheiros salpicados de ermidas, o azul das levadas e o verde das arcadas de verdura. Aí se vêem os floridos lenços de ramagens e as saias garridas das lavradeiras, de chinelinha bordada.

As regiões acidentadas e graníticas do Nordeste transmontano inspiram trajos de linhas decorativas compactas e hirtas; aí imperam os tecidos pesados e severos.

A Beira Litoral tem a sua presunção tradicionalista. São típicas as vestimentas do «cam-

paniço» ribeirinho e da «salineira» da Murtoza. A tricana de Aveiro conserva ainda o uso do xale e do lenço branco.

Mais ao norte, sob a influência do trajar duriense, a mulher faz gala nas arrecadas e voltas de oiro e usa saias escarlates.

As condições orográficas e climáticas são factores de influência na forma de trajar e na natureza dos tecidos empregados. Em Miranda do Douro os rudes aldeões envergam ainda, em ocasiões solenes, as típicas «capas de honra», talhadas em burel pardo, avivadas com extravagantes recortes, tiras e bordados de seda; na festividade da Senhora do Nazo, dançam ritmadamente «os pauliteiros»: «anáguas» brancas arrendadas, saiotos de baeta vermelha, lenços de variadas cores, coletes de burel pardo guardados a capricho e chapéus bragueses, pretos, adornados com fitas e flores.

E quem percorrer os cerros pedregosos de Barroso, Caramulo e outras regiões montanhosas, verá as serranas com os seus lenços soqueixados, envergando as capuchas de burel, com que se defendem do frio intenso.

Por toda a parte, o povo desta faixa europeia de Portugal continua a evidenciar hoje, como sempre, na variedade das formas de trajar e na diversidade dos ornamentos, o vigor da sua imaginação e a intensidade do seu espírito regionalista.

al Português



25.º ANIVERSÁRIO DOS VOOS DA TAP

(Conclusão da pág. 3)

o entusiasmo fogoso próprio do seu temperamento. O quadro do Secretariado era minúsculo. O lançamento da linha imperial representava uma empresa arrojada, para um organismo que dispunha apenas de alguns aviões bimotores. Outros considerariam impossível com tão escassos meios assumir tamanha responsabilidade...

Durante a minha viagem a África em 1945 eu utilizara largamente os aviões da DETA para me deslocar. Creio ter sido o primeiro membro do Governo a fazer por via aérea a viagem de Luanda a Lourenço Marques, num bimotor *Lockeed*, com escala em Vila Lusó e em Lusacka. Acompanhou-me na viagem o Eng. Pinto Teixeira.

No regresso a Lisboa manifestei a Humberto Delgado a minha impaciência pela demora dos estudos do lançamento da linha. Lembrou-me perfeitamente da sua reacção: garantiu-me que, de uma forma ou de outra, iriam começar as viagens experimentais. E dentro de pouco tempo realizava-se a primeira, só com tripulações. Em Maio de 1946 teve lugar a segunda, em que tomaram parte, além das duas tripulações, um dos meus secretários, e um representante do Conselho Nacional do Ar, o então Major Humberto Pais.

Creio que não houve mais viagens experimentais porque os resultados foram concludentes — a carreira comercial não tinha condições de existir... Entretanto, por instâncias do Eng. Caccella de Abreu, o Ministério das Obras Públicas era separado a partir de 8 de Janeiro de 1947 do ramo das Comunicações, transformado em Ministério autónomo, e neste surgia a Direcção Geral da Aeronáutica Civil, onde se fundiam o Secretariado e o Gabinete Técnico dos Aeródromos.

O estudo e a preparação da carreira do Ultramar eram obra do Secretariado, que criara para a sua exploração comercial a denominação de Transportes Aéreos Portugueses. Era preciso lançá-la e seria justo que fosse o Secretariado a iniciá-la — e foi a respectiva inauguração o último acto da sua existência.

Humberto Delgado falou no acto inaugural e fez rápido balanço da acção desenvolvida em 27 meses de trabalho. Tinham, efectivamente, sido dois anos e pouco de esforço intenso e devotado, que a Direcção Geral continuou até poder formar-se a empresa de economia mista que hoje é concessionária das linhas da nossa aviação comercial e de cujo crescimento tanto nos orgulhamos.

Que diferença entre a carreira inaugurada há vinte e cinco anos, com dois vãos por mês, e onze escalas entre Lisboa e Lourenço Marques, com a duração de seis dias para

ida e outros tantos para volta, e a que hoje mantém a TAP!

O caminho andado enche-nos de optimismo. Mesmo quando as iniciativas pareciam ousadas e os meios escassos — se o interesse público o impõe, o importante é começar.

Os primeiros tempos da carreira foram economicamente mal sucedidos. A maledicência nacional não perdoava as insuficiências da exploração. Não estava nos hábitos da generalidade das pessoas viajar de avião: só os arrojados se afoitavam. Era difícil recrutar pessoal qualificado. As infraestruturas não satisfaziam. Tudo isso que marca o começo das empresas, que só na experiência podem aprender e que nunca nascem perfeitas, tudo isso implicou um esforço duro de persistência e de aperfeiçoamento, mas conduziu à vitória. Hoje temos uma grande companhia portuguesa de aviação. E por isso foi bom ter começado, com todos os riscos e defeitos de um princípio, foi bom ter começado há vinte e cinco anos. Honra ao Dr. Salazar sob cuja direcção imediata tudo se projectou e lançou, e aos colaboradores que, aproveitando o seu apoio, tornaram realidade o projecto!

LISBOA AGRADECIDA A MARCELLO CAETANO

A Câmara Municipal de Lisboa, reunida no dia 30 na sua última sessão pública mensal do passado ano, aprovou, por unanimidade, uma proposta, apresentada pelo respectivo presidente, que atribui ao Prof. Marcello Caetano, o mais alto galardão do Município Olisiponense: a Medalha de Ouro da Cidade.

Aberta a sessão, o presidente do Município, Eng.º Santos e Castro, pronunciou as seguintes palavras:

«Termina o ano para esta Câmara Municipal de forma muito auspiciosa: o Governo, no Conselho de Ministros de antecem, aprovou o estatuto de Empresa Pública de Urbanização de Lisboa, poderoso instrumento de acção de que passará a dispor o Município. Através dele, poderá a Câmara tirar partido de toda a sua real capacidade financeira e utilizar os modelos da administração empresarial na execução das grandes urbanizações. Através dele, ainda, se cria, pela primeira vez, um instrumento de acção dimensionada na perspectiva da grande Lisboa que está já longe de conter-se nos limites administrativos do concelho.

Ao longo de um ano de aturado estudo, foi possível conceber, estruturar e publicar este estatuto cujo espírito de inovação e de realismo perante as necessidades do futuro imediato constituem a sua principal característica. Maior capa-

cidade de acção para a Câmara, mais trabalho para todos são as perspectivas que estão agora abertas diante de nós.

Fica muito reconhecida a Câmara Municipal de Lisboa a todo o Governo pela deferência da confiança e da esperança que representa a concessão que lhe é feita desta empresa pública.

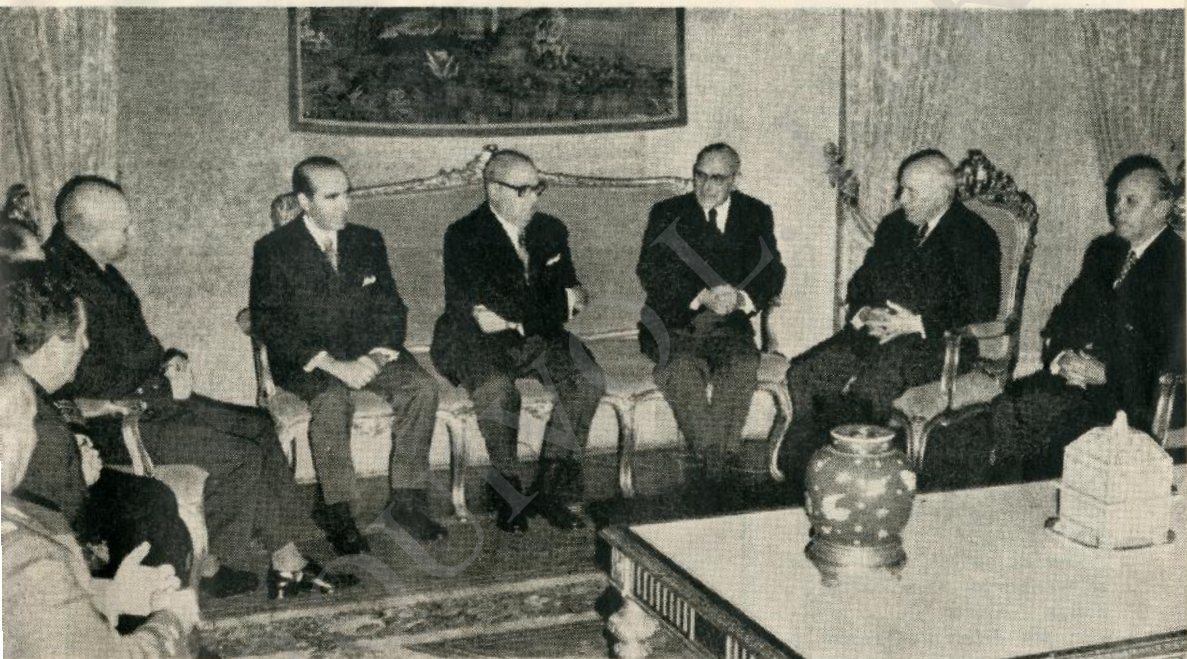
Mas não posso esconder — testemunha que fui do facto — o interesse pessoal, o carinho, a clarividência que directamente o Sr. Presidente do Conselho sempre dedicou à ideia. Muitos lhe deram reflexão, trabalho e cuidado, mas de S. Ex.^ª, da sua esclarecida formação, veio a primeira aceitação, o avisado conselho, a sugestão escrupulosa, o toque da experiência, a firmeza da convicção e da esperança.

Esta circunstância, na sequência de tantas provas de deferência para com a cidade de Lisboa, os seus problemas e o seu futuro, já não pode passar — como é sentimento de VV. Ex.^ªs

apenas com o registo do nosso reconhecimento em nome da Câmara da cidade.

Nestes termos, tendo em consideração que o Prof. Marcello Caetano é ilustre filho de Lisboa, que, como eminente administrativista, é autor dos textos legais que regem a vida municipal do País e, nomeadamente, do estatuto da Câmara Municipal de Lisboa; que ao longo da sua carreira de juriconsulto algumas vezes deu à Câmara a sua generosa colaboração; que — depois de assumir as altas funções de Chefe do Governo — tem concedido à cidade e à sua Câmara inequívocas provas de deferência, atenção e preocupação pelas suas necessidades; tenho a honra de propor que a Câmara atribua a Sua Excelência o seu mais alto galardão: a Medalha de Ouro da Cidade».

Os vereadores presentes exprimiram o seu gozo e apoio por este acto que consideram bem expressivo dos sentimentos da população.



Em diversas audiências concedidas no dia do Ano Novo, o Chefe do Estado recebeu, no Palácio Nacional de Belém, várias personalidades de alta representação da vida nacional, que foram apresentar-lhe os tradicionais cumprimentos do primeiro dia do ano. Entre as individualidades que, no dia 1 se deslocaram ao Palácio de Belém, salientam-se o Presidente do Conselho, o Cardeal Patriarca de Lisboa, os Presidentes da Assembleia Nacional, da Câmara Corporativa e do Supremo Tribunal de Justiça, além de membros do Governo. Foram também recebidos, nesse dia, telegramas de Chefes de Estado de numerosos países, dirigindo ao Almirante Américo Thomaz e à Nação Portuguesa os melhores votos para 1972

ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO

(Conclusão da pág. 5)

ordinárias sobe, em 1972, para 67,1. E sublinha-se que o mais expressivo aumento (1 245 003 contos) se regista na dotação global atribuída à execução do III Plano de Fomento, e que o acréscimo de 552 800 contos nas verbas de defesa e segurança resulta, fundamentalmente, de se ter reforçado com 500 000 contos a dotação inicial atribuída às forças militares extraordinárias no Ultramar.

O total orçamentado para o ano de 1972 das despesas com a defesa nacional e segurança pública é superior ao do ano anterior em 552,8 milhares de contos.

● Execução do III Plano de Fomento

O documento indica depois a distribuição das verbas por cada um dos sectores:

Educação, investigação e formação profissional — O montante global afecto a este sector cifra-se em 1110,5 milhares de contos, sendo mais relevantes as dotações destinadas a construção de edifícios dos diferentes ramos e graus do ensino e outras actividades a este ligadas (571 558 contos), ao reapetrechamento dos respectivos estabelecimentos (116 250 contos), à investigação no campo industrial e agrícola (114 861 contos), às actividades dos centros de investigação e bolsas de estudo (72 500 contos), à investigação no ensino particular, dentro dos esquemas de fomento educacional (38 500 contos), à formação de quadros docentes (32 500 contos), ao aperfei-

çoamento das estruturas do Ministério da Educação Nacional (10 500 contos) e à acção social escolar (12 500 contos).

Habitação e urbanização — A importância de 441 milhares de contos, afecta a este sector, será aplicada na construção de casas económicas (149 663 contos), construção de outras casas, segundo os programas previamente estabelecidos pelo Fundo de Fomento da Habitação (186 601 contos), outras construções (23 778 contos), habitação rural (11 000 contos) e melhoramentos urbanos (70 000 contos).

Saúde — Do montante glo-

70 400 contos a beneficiações nos hospitais centrais, 12 000 contos a centros anticancerosos, 45 000 contos a centros de saúde, 16 000 contos a creches e jardins de infância e numerosas outras verbas respeitantes a empreendimentos a cargo dos Ministérios das Obras Públicas e da Saúde e Assistência.

Melhoramentos rurais — Para este sector está calculado um dispêndio total de 480 milhares de contos, destinando-se 100 000 contos ao abastecimento de água das populações rurais, 169 995 contos à viação rural, 89 991 contos a esgotos e outros melhoramentos e 120 000 contos à electrificação rural.

DESPESAS EXTRAORDINÁRIAS COM O III PLANO DE FOMENTO

Educação, investigação e formação profissional: 1 110 500 contos.
Habitação e urbanização: 441 000 contos.
Saúde: 535 700 contos.
Melhoramentos rurais: 480 000 contos.
Agricultura, silvicultura e pecuária: 739 500 contos.
Pescas: mais 1900 contos do que no ano passado.
Indústrias extractivas e transformadoras: 34 000 contos.
Turismo: 444 600 contos.
Energia: 25 700 contos.
Transportes, comunicações e meteorologia: 1 327 400 contos.
Circuitos de distribuição: 151 750 contos.
Pólos de desenvolvimento regional: 250 000 contos.
Províncias ultramarinas: 350 000 contos.

bal de 535,7 milhares de contos, destinam-se 140 400 contos à construção de hospitais distritais, 41 421 contos à construção e equipamento do Instituto Nacional de Saúde Dr. Ricardo Jorge, 16 000 contos à construção de serviços de recuperação de saúde mental, 15 100 contos às escolas e lares de enfermagem,

Agricultura, silvicultura e pecuária — A verba total atribuída a este sector é das mais elevadas, pois atinge 739,5 milhares de contos. A distribuição deste montante reparte-se pelos Ministérios das Obras Públicas e da Economia, sendo mais saliente as dotações atribuídas a obras de beneficiação e complemen-

tares dos regadios em exploração (36 589 contos), aproveitamento hidráulico da bacia do Mondego (75 000 contos), outros aproveitamentos hidroagrícolas (50 000 contos), plano de rega do Alentejo (42 162 contos), aperfeiçoamento das estruturas (79 350 contos), melhoramentos agrícolas (79 650 contos), fomento pecuário (15 093 contos), fomento florestal (171 700 contos) e numerosos outros empreendimentos.

Pesca — Aumenta-se em 1900 contos a dotação para 1972, a fim de se activarem os empreendimentos neste sector, designadamente no que respeita ao apetrechamento necessário ao desenvolvimento da indústria.

Indústrias extractivas e transformadoras — A verba atribuída a este sector (34 000 contos) destina-se integralmente ao reconhecimento de reservas mineiras.

Turismo — A parcela destinada ao desenvolvimento dos empreendimentos programados atinge 444,6 milhares de contos, sendo mais relevante a dotação afecta à in-

A EXPRESSÃO DO ORÇAMENTO PARA 1972

(em milhares de contos)

Receitas ordinárias	28 702,3		
Receitas extraordinárias	8 174,4	36 876,7	
Despesas ordinárias	22 065,8		
Despesas extraordinárias:			
a) Defesa e segurança	7 583,4		
b) III Plano de Fomento	6 192,2		
c) Outras despesas ...	1 033,7	14 809,3	36 875,1
Saldo			1,6

viais e em arribas e praias (40 500 contos).

Energia — Toda a verba orçamentada (25 700 contos) destina-se aos estudos de aproveitamento da energia nuclear.

Transportes comunicações e meteorologia — A este sector destina-se a mais vultosa verba global, pois esta atinge 132,4 milhares de contos. É de salientar a sua aplicação à rede de estradas do continente (390 000 contos) e da Madeira e Açores (15 975 contos), ao estudo da fisiografia do Tejo e melhora-

do continente e ilhas adjacentes (22 970 contos), ao novo aeroporto de Lisboa, incluindo a aquisição de terrenos para a sua implantação (159 520 contos) e a nós ferroviários (16 675 contos).

Circuitos de distribuição — A verba atribuída a este sector sobe a 151 750 contos, destinando-se 21 500 contos à instalação e ampliação de estações fruteiras e 130 250 contos à construção e remodelação de matadouros e criação da rede de recolha de gados e distribuição de carnes, a fim de criar melhores condições de desenvolvimento da actividade da produção e distribuição de carne para consumo público.

Pólos de desenvolvimento regional — À dotação de 250 000 contos já se fez referência, pois que ela respeita à continuação, em 1972, dos financiamentos, a cargo do Estado, do vasto empreendimento da implantação de uma área de indústrias de base na região de Sines.

Províncias ultramarinas — São mantidos, em igual quantitativo global (350 000 contos), os auxílios financeiros às províncias ultramarinas.

O CRESCIMENTO DAS VERBAS ORÇAMENTAIS

RECEITA ORDINÁRIA: mais 4 177 500 contos do que no Orçamento para 1971.

DESPEZA ORDINÁRIA: mais 2 447 900 contos.

DESPEZA EXTRAORDINÁRIA: mais 2 377 600 contos.

dústria hoteleira, a despendido pelo Fundo do Turismo (325 000 contos), formação profissional (27 100 contos), promoção turística (25 000 contos), obras em pousadas, edifícios e monumentos (25 000 contos) e obras flu-

mentos do Porto de Lisboa (186 000 contos), ao apoio de infra-estruturas dos Portos do Douro e Leixões (150 600 contos), à melhoria de outros portos do continente e ilhas adjacentes (23 970 contos), às instalações dos aeroportos

CONSELHO DE MINISTROS PARA OS ASSUNTOS ECONÓMICOS

Reuniu-se no passado dia 4, no Palácio de S. Bento, sob a presidência do Dr. Dias Rêças, Ministro das Finanças e da Economia, o Conselho de Ministros para os Assuntos Económicos.

O Conselho apreciou o relatório sobre a situação da integração económica nacional, elaborado pelo Secretário Técnico da Presidência do Conselho, bem como o relatório do Banco de Portugal, como agente do sistema de pagamentos interterritoriais respeitante ao ano de 1970.

Foi examinada a situação económica conjuntural e execução do III Plano de Fomento durante o terceiro trimestre do ano findo, com base em relatórios do Secretariado Técnico.

O Conselho ocupou-se ainda do andamento dos trabalhos preparatórios do IV Plano de Fomento.

O MINISTRO DA DEFESA REGRESSOU A LISBOA

Chegou a Lisboa, no passado dia 23, o Ministro da Defesa Nacional e do Exército, que se deslocou a França a convite do seu colega francês, Michel Debré, para tratar de assuntos militares de interesse para os dois países. Com o ministro deslocaram-se também o general Paiva Brandão, secretário adjunto da Defesa Nacional, o general Norton Brandão, subchefe do Estado-Maior da Força Aérea, os capitães-de-mar-e-guerra Souto Cruz e Marques Abrantes e os coroneis Pereira dos Santos e Rui Santos.

A delegação portuguesa visitou o Centro de Experiências de Landes, perto de Bordéus, e teve sessões de trabalho com a delegação francesa presidida pelo ministro francês.

Na Embaixada de Portugal, o general Sá Viana Rebelo ofereceu um almoço ao

sr. Michel Debré, tendo este, por sua vez, homenageado com um jantar no Ministério das Forças Armadas o ministro português.

OFICIAIS PORTUGUESES CONDECORADOS PELO GOVERNO FRANCÊS

Foram condecorados pelo Governo Francês quatro oficiais da Força Aérea Portuguesa. Com a medalha da Aeronáutica o brigadeiro piloto-aviador Rui Brás de Oliveira e o major piloto-aviador Manuel Sobral Bastos. Com a medalha de honra dos Serviços de Saúde dos Exércitos, o tenente-coronel médico Viriato Garrett e o tenente piloto-aviador Humberto Cartaxo da Silva.

A distinção galardoa aqueles oficiais por um episódio acontecido em Outubro de 1968, quando, impondo-se o transporte rápido da esposa de um sargento francês da base da ilha das Flores, e não tendo naquela ocasião a pista daquela ilha condições para uma aterragem segura, os pilotos-aviadores portugueses da Base das Lages arriscaram-se, aterrando com toda a perícia e levando a senhora para a ilha Terceira, a fim de ser operada de urgência no hospital de Angra do Heroísmo.

CONSELHO NACIONAL DE TURISMO

Reuniu-se o Conselho Nacional de Turismo sob a presidência do secretário de Estado da Informação e Turismo.

Apreciaram-se os resultados do ano turístico de 1971, bem como algumas medidas da política turística adoptadas, entre outras a próxima criação da Comissão Regional de Turismo de Entre Douro e Minho.

Por último, o Conselho apreciou o orçamento ordinário do Fundo de Turismo para 1972 e diversas propostas de circuitos.

O CHEFE DO ESTADO CONDECOROU O ALMIRANTE HENRIQUE TENREIRO

No dia 31, no Palácio Nacional de Belém, o Almirante Henrique Tenreiro, que por atingir o limite de idade para o exercício de funções públicas passou recentemente à situação de reforma, deixando por isso a presidência da Junta Nacional do Fomento das Pescas, recebeu das mãos do Chefe do Estado as insígnias da grã-cruz da Ordem de Benemerência, com que foi agraciado, por proposta dos ministros da Marinha, e das Corporações e Previdência Social, em reconhecimento dos relevantes serviços prestados durante quase meio século, não só como oficial distinto da Armada mas também, e sobretudo, como dinâmico e prestigioso dirigente de instituições e organismos públicos e privados, de cuja acção o País muito tem beneficiado a vários escalões e níveis.

À cerimónia estiveram presentes numerosos membros do governo e muitas outras individualidades.



CASAS PARA DIMINUÍDOS FÍSICOS

Nos Paços do Concelho de Lisboa realizou-se no dia 29 a cerimónia da assinatura da escritura de venda, à Cruz Vermelha Portuguesa, de um terreno situado na Quinta do Morgado, destinado à construção de casas para diminuídos físicos, com família e, conjuntamente, para famílias de fracos recursos económicos.

O empreendimento, integrado nas comemorações do 25.º aniversário da Secção Feminina da Cruz Vermelha Portuguesa, constará de três torres, com um total de cento e vinte fogos, e o seu

custo ascenderá a cerca de vinte e dois mil contos.

A construção da obra ficará concluída dentro de dois anos, data em que aquela benemérita secção passará a receber pedidos de habitações dos pretendentes que se encontrem nas condições estabelecidas.

O terreno foi vendido livre de onus ou encargos à Cruz Vermelha Portuguesa.

Este empreendimento foi possível graças ao auxílio de algumas instituições: Ministério das Obras Públicas, Ministério da Defesa Nacional, várias Instituições Bancárias, e outras empresas particulares.

62 ANOS DE JORNALISMO

Mestre de jornalistas, homem do Teatro, Acúrsio Pereira completou, agora, 80 anos de idade e 62 de profissional de Imprensa, pelo que a Sociedade de Escritores e Compositores Teatrais Portugueses, de que é presidente da assembleia geral, lhe promoveu, no passado dia 17, uma sessão de homenagem.

Figura do maior relevo na Imprensa portuguesa, Acúrsio Pereira teve a rodeá-lo alguns dos nomes mais representativos das letras nacionais que, com a sua presença, lhe quiseram manifestar a admiração pela sua personalidade e pela sua obra e,

ainda, pela sua juventude de espírito.

Presidiu à sessão o Secretário de Estado da Informação e Turismo, dr. Moreira Baptista, e estando também presente, o presidente da Corporação de Imprensa e Artes Gráficas, dr. Borges de Castro.

Depois de usarem da palavra os escritores Luís Francisco Rebelo e Luís de Oliveira Guimarães, o dr. Moreira Baptista pôs em evidência as exemplares qualidades de homem e de jornalista do homenageado.

No final, Acúrsio Pereira evocou todo o seu labor ao longo de 62 anos de anos de profissão e agradeceu as palavras que lhe tinham sido dirigidas.

DESPORTO noticiário

Para muitos, o Campeonato Nacional de Futebol terminou no passado domingo, à 14.^a jornada. E tudo isso porque o Benfica venceu o Sporting, no campo deste, por 3-0. O resultado é demasiadamente expressivo para o relativo equilíbrio que se verificou. O 3-0, marca quase insólita em Alvalade, ficou a dever-se à maior pujança física do Benfica e à maior categoria dos seus jogadores.

Em jogo antecipado, o Vitória de Setúbal havia cedido um ponto no Barreiro, frente à C. U. F.

Pode dizer-se, assim, que o ano começou bem para o Benfica, que chegou a Alvalade, na maior romaria de futebol da temporada, com dois pontos de vantagem sobre o Vitória de Setúbal e quatro sobre o Sporting e a boa perspectiva de aumentar — como aumentou — para quatro e seis, respectivamente, se o jogo em Alvalade lhe corresse — como correu — de feição.

Estava na dependência do resultado do jogo de Alvalade o destino do maior interesse do Campeonato, que é o da corrida para o título.

Com a privilegiada situação dos «encarnados» no comando da prova, e dado o excelente momento por que passa o campeão, poucas ou nenhuma esperanças restam às equipas que chegaram ao fim do ano de 1971 com o pensamento no título.

Depois desta jornada, apesar de penúltima ainda da 1.^a volta, parece que já não há dúvidas quanto ao futuro campeão — mas o Campeonato tem outros aliciantes prémios, que podem ir até ao 5.^o classificado, além do interesse da sempre dramática luta pela «sobrevivência», entre os que mais prolongam a sua «residência» nos lugares do fundo da tabela.

Para já não se sabe até onde pode ir a recuperação do Belenenses — que averbou mais um bom triunfo sobre o Atlético — com vista aos tais primeiros cinco lugares em que estão, também, interessados o Sporting, o Vitória de Setúbal, a C. U. F., o F. C. Porto, o Beira-Mar — que fez a «vida negra» aos nortenhos nas Antas — e o Farense, que venceu, como se esperava, o Tirsense.

No despique dos últimos, a Académica melhorou a sua si-

tução vencendo o Boavista; o Leixões também subiu ganhando ao Barreirense e o Guimarães deu, também, um bom passo batendo o União de Tomar e igualando-o na pontuação.

Resultados:

Sporting - Benfica	0-3
F. C. Porto - Beira-Mar ...	1-0
V. Guimarães - U. Tomar ...	2-0
Belenenses - Atlético	3-1
Académica - Boavista	3-1
Farense - Tirsense	2-0
C. U. F. - V. Setúbal	2-2
Leixões - Barreirense	2-0

Classificação:

Benfica, 43-8 e 26; Setúbal, 29-9 e 22; Sporting, 25-13 e 20; C. U. F., 24-16 e 18; Porto, 22-15 e 15; Belenenses, 16-15 e 14; Beira-Mar, 13-17 e 14; Farense, 14-16 e 13; Guimarães, 24-27 e 12; Tomar, 13-17 e 12; Barreirense, 14-24 e 11; Leixões, 15-27 e 10; Boavista, 13-27 e 10; Tirsense, 10-27 e 10; Académica, 12-17 e 9; Atlético, 17-29 e 8.